

Hospital do Tricentenário

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
Hospital do Tricentenário

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital do Tricentenário (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital do Tricentenário em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 - R1).

Base para opinião com ressalvas

- a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade reconheceu custo atribuído sobre parte de seu ativo imobilizado, no montante de R\$2.191 mil, o que está em desacordo com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual estabelece que esse reconhecimento somente poderia ser feito na adoção inicial desse pronunciamento técnico em 1º de janeiro de 2009. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto no ativo imobilizado, no resultado do exercício e no patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e de 2022.
- b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não apresentou documentação suporte apropriada e suficiente para a conta de Fornecedores que monta o valor de R\$12.703 mil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo da rubrica de Fornecedores nas demonstrações financeiras, assim como seus possíveis efeitos nas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não apresentou documentação suporte apropriada e suficiente para a conta de Estoques, que monta o valor de R\$13.695 mil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo da rubrica de Estoques nas demonstrações financeiras, assim como os possíveis efeitos nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 3.9 às demonstrações financeiras, em decorrência dos ajustes e reclassificações efetuados pela entidade, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no NBC TG 23 (R2) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002 - R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

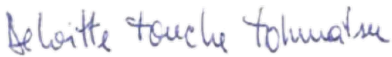
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

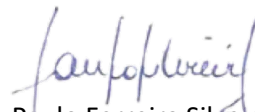
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 15 de dezembro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PE



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.140	939	772	Fornecedores	9	12.703	11.387	10.316
Aplicações financeiras	4	68.499	102.692	99.453	Empréstimo e financiamento	11	1.715	1.770	2.499
Contas a receber	5	67.830	70.198	57.028	Obrigações sociais e fiscais	10	68.910	57.326	48.285
Estoques	6	13.695	14.697	10.725	Parcelamentos		612	1.570	1.243
Impostos a recuperar		6.039	6.715	456	Subvenções a realizar	12	1.284	1.998	3.280
Outros créditos		2.865	2.419	1.406	Outras contas a pagar		3.300	1.434	975
Total dos ativos circulantes		<u>160.068</u>	<u>197.660</u>	<u>169.840</u>	Receitas diferidas	13	555	-	-
					Total dos passivos circulantes		<u>89.078</u>	<u>75.485</u>	<u>66.598</u>
NÃO CIRCULANTES					NÃO CIRCULANTES				
Imobilizado - sem restrição	8	14.468	14.911	14.128	Empréstimo e financiamento	11	4.591	3.303	5.007
Imobilizado - com restrição	8	<u>10.821</u>	<u>4.905</u>	<u>4.081</u>	Obrigações com contratos de gestão	14	81.928	122.295	111.001
Total dos ativos não circulantes		25.289	19.816	18.209	Parcelamentos		140	960	3.585
					Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	19	21.921	13.327	3.571
					Receitas diferidas	13	10.266	4.905	4.081
					Outras contas a pagar		652	1.223	400
					Total dos passivos não circulantes		<u>119.499</u>	<u>146.013</u>	<u>127.645</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO				
					Patrimônio Social	15	4.584	4.584	4.584
					Ajuste de avaliação patrimonial	15	10.455	10.811	11.166
					(Déficit) Superavit acumulado	15	<u>(38.259)</u>	<u>(19.417)</u>	<u>(21.944)</u>
					Total do patrimônio social		(23.219)	(4.022)	(6.194)
TOTAL DOS ATIVOS		<u>185.357</u>	<u>217.476</u>	<u>188.049</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>185.357</u>	<u>217.476</u>	<u>188.049</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
RECEITA BRUTA	16	552.411	501.935
CUSTOS	17	(522.157)	(467.999)
SUPERÁVIT BRUTO		<u>30.255</u>	<u>33.936</u>
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(57.627)	(52.649)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	<u>(2.670)</u>	<u>18.539</u>
Total		<u>(60.297)</u>	<u>(34.110)</u>
(DÉFICIT) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(30.042)</u>	<u>(174)</u>
Receitas financeiras	18	12.175	3.545
Despesas financeiras	18	<u>(1.330)</u>	<u>(1.199)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>10.844</u>	<u>2.346</u>
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>(19.197)</u>	<u>2.172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(19.197)	2.172
Outros resultados abrangentes	-	-
SUPERÁVIT ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(19.197)</u>	<u>2.172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação patrimonial	Superavit (Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - originalmente apresentado		4.584	11.166	89.057	104.807
Ajustes de exercícios anteriores	3.9	-	-	(111.001)	(111.001)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021 - ajustado		4.584	11.166	(21.944)	(6.194)
Ajuste de avaliação patrimonial	15	-	(356)	356	-
Superávit do exercício		-	-	2.172	2.172
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - reapresentado		4.584	10.810	(19.416)	(4.022)
Ajuste de avaliação Patrimonial	15	-	(355)	355	-
Déficit do exercício		-	-	(19.197)	(19.197)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		4.584	10.455	(38.259)	(23.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Déficit) superávit do exercício		(19.197)	2.172
Ajustes para conciliar o (déficit)/superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação imobilizado	8	1.425	1.115
Juros de empréstimos e financiamentos	11	485	674
Atualização de parcelamentos		193	155
Baixa de imobilizado - sem restrição	8	236	51
Perda estimada contas a receber contrato de gestão		-	1.488
Constituição de provisão para risco fiscal e trabalhista	20	8.594	9.756
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber		2.368	(13.170)
Estoques		1.002	(3.972)
Impostos a recuperar		676	(6.259)
Outros ativos		(446)	(1.013)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		1.316	1.071
Obrigações trabalhistas e tributárias		11.584	9.041
Subvenções a realizar		(714)	(1.282)
Outras obrigações a Pagar		1.295	1.282
Receitas diferidas		5.916	824
Obrigações com contrato de gestão		(40.368)	9.806
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(25.635)	11.739
Juros pagos		(483)	(674)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(26.118)</u>	<u>11.065</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado - sem restrição	5	(540)	(1.540)
Aquisição de imobilizado - com restrição	5	(6.594)	(1.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(7.135)</u>	<u>(2.772)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos	10	3.011	94
Pagamentos de empréstimos	10	(1.778)	(2.527)
Pagamentos de parcelamentos	11	(1.971)	(2.454)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento		<u>(738)</u>	<u>(4.887)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(33.991)</u>	<u>3.406</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	103.631	100.225
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	69.639	103.631
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(33.991)</u>	<u>3.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital do Tricentenário (“Entidade”) é uma associação civil de direito privado, com finalidade filantrópica, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de saúde conforme o artigo 7º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 85.752 de 24 de fevereiro de 1981, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 25/02/1981, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.009, publicada no DOE em 04/12/1975, Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o certificado nº 219.750/69, em 29/05/1965, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, no Ministério da Saúde, deferido mediante Portaria nº 786, de 27 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 3 de novembro de 2021, com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 e qualificada pelo Governo do Estado de Pernambuco com Organização Social – OS pelo Decreto nº 35.130 de 10 de junho de 2010, nos termos da Lei Estadual nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 27 de dezembro de 2005 e pela Lei nº 15.210/2013 de 19 de dezembro de 2013, sendo requalificada através do Decreto nº 52.317 de 21 de fevereiro de 2022, publicado no DOE em 22 de fevereiro de 2022. Tem como objetivos e finalidade estatutária, conforme artigos 7º e 8º de seu Estatuto Social:

- Os objetivos do hospital são voltados a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social na área da saúde.
- O hospital tem por finalidade preponderante e principal a assistência à saúde como direito fundamental do ser humano, por meio da execução, em caráter permanente, de ações e serviços de saúde que visem a redução de riscos, de doenças e outros agravos, que permitam o acesso universal e igualitário a promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com a constituição federal, com a política nacional de promoção da saúde (PNPS), com a portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, com a lei complementar nº 187/2021, e demais legislações diretamente ligadas a área da saúde.

O Hospital do tricentenário mantém contrato de gestão firmado com a Secretária de Saúde de Pernambuco para administração das seguintes unidades:

- 1) Unidade de Pronto Atendimento - UPA Ibura, localizado em Recife – Vencimento em novembro/2024.
- 2) Unidade de Pronto Atendimento - UPA Curado, localizado em Jaboatão dos Guararapes – Vencimento em janeiro/2024.
- 3) Hospital João Murilo de Oliveira, localizado em Vitória de Santo Antão – Vencimento em novembro/2024.
- 4) Maternidade Brites de Albuquerque, localizado em Olinda – Vencimento em julho/2025.
- 5) Unidades Pernambucanas de Atenção Especializada – UPAE Afogados da Ingazeira, localizada em Afogados da Ingazeira – Vencimento em março/2024.

- 6) Unidades Pernambucanas de Atenção Especializada – UPAE Serra Talhada, localizada em Serra Talhada – Vencimento em março/2024.
- 7) Hospital Mestre Vitalino, localizado em Caruaru – Vencimento em novembro/2025.
- 8) Hospital Ruy de Barros de Correia, localizado em Arcoverde – Vencimento em agosto/2026.
- 9) Hospital Regional Emília Câmara, localizado em Afogados da Ingazeira – Vencimento em novembro/2027.
- 10) Hospital Eduardo Campos, localizado em Serra Talhada – Vencimento em novembro de 2032.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 o Patrimônio Social da entidade passou a ser negativo em R\$4.022 e R\$23.219, respectivamente. Apesar desse fato, os contratos de gestão junto aos entes públicos possuem característica de longo prazo e são celebrados junto a entidade desde 2016. Além disso, os mantenedores possuem suporte financeiro para auxiliar a entidade caso seja necessário.

Adicionalmente, o Hospital do Tricentenário atende ao Sistema Único de Saúde - SUS há mais de sessenta anos e, com exclusividade e 100% dos serviços prestados há mais de 10 anos, sem qualquer outra operadora de plano de saúde. Os convênios de oferta de leitos de UTI e Internamento são credenciados unicamente e renovado a cada cinco anos. O Hospital é o único no Município de Olinda que atende ao SUS, além de manter a única maternidade do município, possuir quarenta leitos de UTI e ofertar mais de cem leitos de internação, tornando um Hospital de referência dentro do município. São realizadas mais de duzentas cirurgias eletivas por mês, além de ter funcionamento de emergência 24h. Com isso, a continuidade do serviço de saúde prestado pelo Hospital do Tricentenário se torna inevitável para o Estado e Município, porém com repactuação de metas e novos desafios.

Dado o exposto, devido a sua característica filantrópica descrita, a administração acredita que a entidade continuará operando e fornecendo serviços médico hospitalar a população via SUS, e assim concluir pela utilização do pressuposto de continuidade operacional nas presentes demonstrações financeiras.

Imunidade tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

Característica da imunidade

O Hospital do Tricentenário é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune.

Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

- b) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- c) manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Operacionais e contábeis

- Possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- Manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros.

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Entidade.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou a assunção de obrigações de terceiros através de um contrato na qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizados são mensurados através de taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Entidade deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicação financeira, Outros créditos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Outras contas a pagar.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

A Entidade controla e apresenta separadamente os bens vinculados a atividade como “com restrição”. Os bens adquiridos para uso da administração são apresentados como “sem restrição”. Os recursos recebidos para aquisição de imobilizados “com restrição” têm contrapartida em receitas diferidas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor do custo histórico.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento financeiro, e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos, com base em laudo emitido por perito independente, são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	10 anos
Benfeitorias	25 anos
Equipamentos de informática	6 anos

3.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) ativos não circulantes

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.5. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio.

3.6. Tributação

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

3.7. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis nas circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- Vida útil estimada do imobilizado e intangível.
- Provisão para riscos e processos judiciais.

3.8. Receita operacional

Receita de prestação de serviços de atendimento médico e hospitalar

As receitas de serviços de atendimento médico e hospitalar é registrado com base na obrigação de performance de atendimento, conforme negociado com o contratante em conformidade com os respectivos contratos.

Receita com gestão de unidades públicas

As receitas decorrentes de contratos para administração de unidades de saúde públicas “Unidades Administradas”, estabelecidas no contrato de gestão estabelecem valores a ser recebido por entes públicos para custear a administração e seu reconhecimento é proporcional ao custo incorrido com a administração sem nenhuma margem.

As receitas de convênio e subvenções estão em conformidade com o CPC 07 (R1) e ITG 2002 (R1), onde não estão afetando o resultado. Apenas são registradas conforme realização da finalidade do contrato, assim como sua despesa.

3.9. Reapresentação

Os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e aos saldos de abertura referentes a 1º de janeiro de 2021 foram reapresentados para fins de retificação de erro e manutenção da uniformidade na comparabilidade em atendimento as orientações da “NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Os erros foram basicamente devido a correção do critério de reconhecimento da receita e a consequente apresentação das obrigações devidas para os contratantes de unidades administradas, além do reconhecimento de créditos fiscais no respectivo período de competência. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e os saldos reapresentados para fins de comparabilidade está demonstrada a seguir:

Balanco Patrimonial

ATIVOS	31.12.2021 (originalmente apresentado)	Ajustes	31.12.2021 (reapresentado)	01.01.2021 (originalmente apresentado)	Ajustes	01.01.2021 (reapresentado)
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	939	-	939	772	-	772
Aplicações financeiras	102.692	-	102.692	99.453	-	99.453
Contas a receber	80.901	(10.703)	70.198	57.028	-	57.028
Estoques	14.697	-	14.697	10.725	-	10.725
Impostos a recuperar	483	6.232	6.715	456	-	456
Outros créditos	2.419	-	2.419	1.406	-	1.406
Total dos ativos circulantes	202.131	(4.471)	197.660	169.840	-	169.840
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber por contrato de gestão	-	-	-	-	-	-
Imobilizado - sem restrição	14.911	-	14.911	14.128	-	14.128
Imobilizado - com restrição	4.905	-	4.905	4.081	-	4.081
Total dos ativos não circulantes	19.816	-	19.816	18.209	-	18.209
TOTAL DOS ATIVOS	221.947	(4.471)	217.476	188.049	-	188.049
PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL						
	31.12.2021 (originalmente apresentado)		31.12.2021 (reapresentado)	01.01.2021 (originalmente apresentado)		01.01.2021 (reapresentado)
CIRCULANTE						
Fornecedores	11.387	-	11.387	10.316	-	10.316
Empréstimo e financiamento	1.770	-	1.770	2.499	-	2.499
Obrigações sociais e fiscais	57.326	-	57.326	48.285	-	48.285
Parcelamentos	1.570	-	1.570	1.243	-	1.243
Subvenções a realizar	1.998	-	1.998	3.280	-	3.280
Outras contas a pagar	1.434	-	1.434	975	-	975
Total dos passivos circulantes	75.485	-	75.485	66.598	-	66.598
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimo e financiamento	3.303	-	3.303	5.007	-	5.007
Contas a pagar com contratos de gestão	-	122.295	122.295	-	111.001	111.001
Parcelamentos	960	-	960	3.585	-	3.585
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	13.327	-	13.327	3.571	-	3.571
Receitas diferidas	4.905	-	4.905	4.081	-	4.081
Outras contas a pagar	1.223	-	1.223	400	-	400
Total dos passivos não circulantes	23.718	122.295	146.013	16.644	111.001	127.645
PATRIMÔNIO SOCIAL						
Patrimônio Social	4.940	-	4.940	4.584	-	4.584
Ajuste de avaliação patrimonial	10.811	-	10.811	11.166	-	11.166
Superavit acumulado	106.993	(126.766)	(19.773)	89.057	(111.001)	(21.944)
Total do patrimônio social	122.744	(126.766)	(4.022)	104.807	(111.001)	(6.194)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL	221.947	(4.471)	217.476	188.049	-	188.049

Demonstração do resultado do exercício

	31.12.2021 (originalmente apresentado)	Ajuste	31.12.2021 (Reapresentado)
RECEITA BRUTA	525.420	(23.485)	501.935
CUSTOS	(467.999)	-	(467.999)
SUPERÁVIT BRUTO	57.421	(23.485)	33.936
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(54.137)	1.488	(52.649)
Outras receitas operacionais	12.307	6.232	18.539
Total	(41.830)	7.720	(34.110)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	15.591	(15.765)	(174)
Receitas financeiras	3.545	-	3.545
Despesas financeiras	(1.199)	-	(1.199)
RESULTADO FINANCEIRO	2.346	-	2.346
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	17.937	(15.765)	2.172

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2021		
	(originalmente apresentado)	Ajustes	(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do exercício	17.937	(15.765)	2.172
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Perda estimada contas a receber contrato de ges:	-	1.488	1.488
Outros ajustes ao lucro	11.751		11.751
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber	(23.873)	10.703	(13.170)
Impostos a recuperar	(27)	(6.232)	(6.259)
Outras variações de ativos	(4.985)		(4.985)
Aumento (redução) dos passivos:			
Recursos de contrato de gestão	-	9.806	9.806
Outras variações dos passivos	10.262		10.262
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	11.739		11.739
Juros pagos	(674)		(674)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	11.065		11.065
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.772)		(2.772)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(4.887)		(4.887)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIV.	3.406		3.406
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.225		100.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103.631		103.631
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIV.	3.406		3.406

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento - sem restrição	1.067	675
Bancos conta movimento - com restrição	<u>72</u>	<u>264</u>
	<u>1.140</u>	<u>939</u>
Aplicações financeiras - sem restrição	733	1.868
Aplicações financeiras - com restrição	<u>67.766</u>	<u>100.824</u>
	<u>68.499</u>	<u>102.692</u>
Total	<u><u>69.639</u></u>	<u><u>103.631</u></u>

Mantemos segregação dos nossos recursos com e sem restrição. Nossos recursos com restrição se referem a contratos de gestão de unidades de saúde e destinados a investimento via contratos de convênios federais e municipais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos em Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimento.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contratualização Municipal	4.239	1.889
Outras contas a receber	3.272	1.807
Gestão de Saúde - UPA Curado	1.852	3.297
Gestão de Saúde - UPA Ibura	1.748	1.389
Gestão de Saúde – Timbauba	366	366
Gestão de Saúde – Vitória	4.964	3.827
Gestão de Saúde - UPAE Serra Talhada	9.991	9.162
Gestão de Saúde - UPAE Afogados Ingazeira	4.169	3.720
Gestão Hospital Mestre Vitalino A Receber	15.923	29.176
Gestao de Saúde – HRA	9.498	6.408
Contrato de Gestão - Hospital Regional Afogados	4.816	2.592
Gestão de Saúde - Brites de Albuquerque	4.847	1.920
Gestão de Saúde - Hospital Eduardo Campos	-	2.491
Repasse NGC a Receber	<u>1.100</u>	<u>415</u>
	<u>66.787</u>	<u>68.459</u>
Convênio nº 852.436/2017	26	26
Convênio nº 868.805/2018	-	100
Convênio nº 869.739/2018	237	300
Convênio nº 870.578/2018	-	100
Convênio nº 876.229/2018	-	510
Convênio nº 883.745/2019	28	78
Convênio nº 883.749/2019	229	229
Convênio nº 883.970/2019	-	51
Convênio nº 888.555/2019	165	165
Convênio nº 888.558/2019	-	31

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Convênio nº 875.915/2018	100	100
Convênio nº 898.509/2020	-	48
Convênio nº 898.508/2020	67	-
Convênio nº 900.686/2020	79	-
Convênio nº 900.689/2020	3	-
Convênio nº 904.897/2020	108	-
	<u>1.043</u>	<u>1.739</u>
Total	<u><u>67.830</u></u>	<u><u>70.198</u></u>

A Entidade não constitui perdas de créditos esperadas – PCE, uma vez que todos os recebíveis são advindos de contratos sem prescrição para recebimento, e sua quase totalidade refere-se a valores a receber de contratos de gestão, os quais possuem o custo atrelado ao recebimento.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Estoques de insumos assistenciais	2.431	11.614
Estoques diversos	9.734	1.277
Estoques de materiais/consumos diversos	1.309	1.806
Outros estoques	222	-
	<u>13.695</u>	<u>14.697</u>

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

7. CONTAS A RECEBER CONTRATO DE GESTÃO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
UPA Ibura	4.200	2.212
Hospital João Murilo	13.405	6.331
Hospital Mestre Vitalino	8.011	-
	<u>25.616</u>	<u>8.543</u>
Perda estimada	<u>(25.616)</u>	<u>(8.543)</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os saldos são provenientes de resultados negativos acumulados, incorrendo em valor a receber pela Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco. Devido à baixa perspectiva de recebimento, provisionamos os valores para perda.

8. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2022		31/12/2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado - sem restrição					
Terrenos	7.427	-	7.427	7.427	
Edificações	4% 5.640	(2.668)	2.972	3.198	
Máquinas e equipamentos	10% 2.135	(1.059)	1.075	1.386	
Móveis e utensílios	6,67% 590	(225)	365	572	
Computadores e periféricos	16,67% 215	(151)	63	61	
Veículos	10% 1.048	(275)	773	644	
Instalações	10% 339	(223)	116	136	
Imobilizado em andamento	1.677	-	1.677	1.487	
	<u>19.069</u>	<u>(4.601)</u>	<u>14.468</u>	<u>14.911</u>	
Imobilizado - com restrição					
Máquinas e equipamentos	10% 6.223	(1.465)	4.758	2.974	
Móveis e utensílios	6,67% 1.213	(262)	951	466	
Computadores e periféricos	16,67% 394	(27)	368	44	
Edificações	4% 5.144	(393)	4.751	1.363	
Veículos	10% 378	(385)	(7)	58	
	<u>13.352</u>	<u>(2.531)</u>	<u>10.821</u>	<u>4.905</u>	
Saldo Imobilizado	<u>32.422</u>	<u>(7.132)</u>	<u>25.289</u>	<u>19.816</u>	
Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Imobilizado - sem restrição					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	2.144	79	(73)	(16)	2.135
Móveis e utensílios	736	8	(154)	-	590
Computadores E Periféricos	187	11	-	16	215
Veículos	821	77	-	150	1.048
Instalações	339	-	-	-	339
Imobilizado em andamento	1.487	349	(9)	(150)	1.677
	<u>18.781</u>	<u>525</u>	<u>(236)</u>	<u>-</u>	<u>19.069</u>
Imobilizado - com restrição					
Máquinas e equipamentos	4.444	1.779	-	-	6.223
Móveis e utensílios	644	569	-	-	1.213
Computadores e periféricos	47	347	-	-	394
Edificações	1.546	3.598	-	-	5.144
Veículos	76	301	-	-	378
	<u>6.758</u>	<u>6.594</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.352</u>

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Depreciação - sem restrição					
Edificações	(2.442)	-	(226)	-	(2.668)
Máquinas e equipamentos	(758)	-	(301)	-	(1.059)
Móveis e utensílios	(164)	-	(62)	-	(225)
Computadores e periféricos	(126)	-	(25)	-	(151)
Veículos	(176)	16	(114)	-	(275)
Instalações	(203)	-	(19)	-	(223)
	<u>(3.870)</u>	<u>16</u>	<u>(747)</u>	<u>-</u>	<u>(4.601)</u>
Depreciação - Com Restrição					
Máquinas e equipamentos	(1.114)	-	(351)	-	(1.465)
Móveis e utensílios	(178)	-	(83)	-	(262)
Computadores e periféricos	(3)	-	(24)	-	(27)
Edificações	(183)	-	(210)	-	(393)
Veículos	(374)	-	(11)	-	(385)
	<u>(1.853)</u>	<u>-</u>	<u>(679)</u>	<u>-</u>	<u>(2.531)</u>
Saldo Imobilizado sem restrição	<u>14.911</u>	<u>540</u>	<u>(983)</u>	<u>-</u>	<u>14.468</u>
Saldo Imobilizado com restrição	4.905	6.594	(679)	-	10.821
Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Imobilizado - sem restrição					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	1.905	293	(22)	(31)	2.144
Móveis e utensílios	628	125	(17)	-	736
Computadores E Periféricos	163	4	(12)	31	187
Veículos	679	142	-	-	821
Instalações	339	-	-	-	339
Imobilizado em andamento	511	976	-	-	1.487
	<u>17.292</u>	<u>1.540</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>18.781</u>
Imobilizado - com restrição					
Máquinas e equipamentos	3.336	1.108	-	-	4.444
Móveis e utensílios	564	80	-	-	644
Computadores e periféricos	3	45	-	-	47
Edificações	1.546	-	-	-	1.546
Veículos	76	-	-	-	76
	<u>5.525</u>	<u>1.233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.757</u>

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Depreciação - sem restrição					
Edificações	(2.217)	-	(226)	-	(2.442)
Máquinas e equipamentos	(469)	-	(288)	-	(758)
Móveis e utensílios	(107)	-	(56)	-	(164)
Computadores	(100)	-	(26)	-	(126)
Veículos	(88)	-	(88)	-	(176)
Instalações	(182)	-	(22)	-	(203)
	<u>(3.163)</u>	<u>-</u>	<u>(706)</u>	<u>-</u>	<u>(3.869)</u>
Depreciação - Com Restrição					
Máquinas e equipamentos	(1.171)	-	(300)	-	(1.470)
Móveis e utensílios	(141)	-	(37)	-	(178)
Computadores	(1)	-	(2)	-	(3)
Edificações	(121)	-	(62)	-	(183)
Veículos	(11)	-	(8)	-	(18)
	<u>(1.445)</u>	<u>-</u>	<u>(409)</u>	<u>-</u>	<u>(1.852)</u>
Saldo Imobilizado sem restrição	<u>14.129</u>	<u>1.540</u>	<u>(757)</u>	<u>-</u>	<u>14.912</u>
Saldo Imobilizado com restrição	4.080	1.233	(409)	-	4.905

9. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de material	8.954	8.209
Fornecedores de serviços especializados (a)	3.749	3.178
	<u>12.703</u>	<u>11.387</u>

(a) Referem-se a fornecedores especializados em atendimento de serviços na área médico-hospitalar.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações trabalhistas a pagar	20.057	17.103
Encargos sobre folha a pagar	9.716	8.564
Provisões de férias, 13º salário e encargos	38.528	31.236
Impostos e contribuições retidos a recolher	609	423
	<u>68.910</u>	<u>57.326</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos. Saldos abaixo representados do curto e longo prazo.

<u>Empresa Credora</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Santander	15/04/2022	1,22% a.m.	-	493
Caixa Econômica Federal	10/05/2025	0,80% a.m.	3.261	4.405
Caixa Econômica Federal	10/12/2027	0,89% a.m.	3.000	-
HP financial services arrendamento mercantil S.A.	15/07/2024	0,70% a.m.	45	174
Total			6.306	5.073
Circulante			1.715	1.770
Não circulante			4.591	3.303

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2020	7.506
Capitações	94
Pagamentos de principal	(2.527)
Pagamentos de juros	(674)
Juros provisionados	674
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2021	5.073
Capitações	3.011
Pagamentos de principal	(1.778)
Pagamentos de juros	(485)
Juros provisionados	485
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2022	6.306

O montante de longo prazo tem a seguinte posição por ano de vencimento:

2024	2.033
2025	1.216
2026	646
2027	697
Total	4.591

12. SUBVENÇÕES A REALIZAR

Este grupo está composto por convênios e contratos a realizar. Saldos abaixo representados.

<u>Convênios federais</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	1.998	3.280
Novos convênios assinados	2.044	100
Rendimentos sobre aplicações	47	9
Contra-partida financeira do contrato	16	-
Encerramento e devolução de subvenções	(905)	-
Aquisição de imobilizado	(1.918)	(1.391)
Saldo final	<u>1.284</u>	<u>1.998</u>

13. RECEITA DIFERIDA

Os imobilizados adquiridos para projetos possuem restrições, e por isso, são acompanhados de correlata receita diferida, cuja composição nos exercícios está demonstrada a seguir:

<u>Receitas diferidas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Máquinas e equipamentos	7.360	2.974
Moveis e utensílios	958	466
Computadores e periféricos	368	44
Edificações	1.301	1.363
Veículos	834	58
Total	<u>10.821</u>	<u>4.905</u>

14. OBRIGAÇÕES COM CONTRATO DE GESTÃO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
UPA Curado	5.024	6.581
Maternidade Brites de Albuquerque	12.738	15.650
UPAE Afogados da Ingazeira	7.538	7.555
UPAE Serra Talhada	21.796	20.958
Hospital Mestre Vitalino	-	32.345
Hospital Ruy de Barros	9.271	8.300
Hospital Emília Câmara	16.390	13.170
Hospital Eduardo Campos	7.330	17.321
NGC	1.841	415
	<u>81.928</u>	<u>122.295</u>

O grupo demonstra nossa obrigação adquirida na gestão de unidade de saúde do Estado de Pernambuco.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

O patrimônio líquido está constituído substancialmente por todos os superávits e/ou déficits acumulados da Entidade aprovados em ata de reunião da administração e do conselho.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor do ajuste de avaliação patrimonial se refere a valorização do ativo imobilizado efetuados em 2010 relativos a edificações e terreno e em 2018 de todo o imobilizado.

16. RECEITAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas atividades de saúde - sem restrição</u>		
Contratualização - Olinda	33.993	28.034
Convenio SES-PE	<u>22.029</u>	<u>21.953</u>
	<u>56.022</u>	<u>49.987</u>
<u>Receitas atividades de saúde - com restrição</u>		
Contrato de gestão - UPA Ibura	21.771	19.685
Contrato de gestão - UPA Curado	20.454	18.738
Contrato de gestão - HJMO	59.360	51.779
Contrato de gestão - UPAE Serra Talhada	9.103	7.619
Contrato de gestão - UPAE Afogados da Ingazeira	5.405	4.806
Contrato de gestão - HVM	214.492	191.099
Contrato de gestão - HRRBC	48.938	42.609
Contrato de gestão - HREC	32.141	36.727
Contrato de gestão - Maternidade Brites de Albuquerque	58.795	44.047
Contrato de gestão - HEC	21.795	34.428
Contrato de gestão - NGC	3.697	-
Receita com convênios e subvenções	<u>438</u>	<u>409</u>
	<u>496.390</u>	<u>451.948</u>
 Total	 <u><u>552.411</u></u>	 <u><u>501.933</u></u>

17. GASTOS OPERACIONAIS

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Custos com pessoal	(347.650)	(301.419)
Encargos sociais	(29.041)	(24.593)
Benefícios de vale transporte e refeições	(3.416)	(2.962)
Provisões trabalhistas	(7.291)	(4.122)
Insumos hospitalares	(93.391)	(103.652)
Serviços terceiros especializados	(41.367)	(31.251)
Contribuições sociais	(110.560)	(95.623)
Imunidade com contribuições sociais	110.560	95.623
Despesas administrativas - hospitais	(32.723)	(31.784)
Serviços terceiros especializados	(14.379)	(13.582)
Despesas com manutenções	(9.100)	(5.403)
Despesas com investimentos	-	(2.216)
Depreciação prédios administrativos	(1.425)	(1.115)
Despesas administrativas - UPAs	-	(35)
Perda estimada contas a receber contrato de gestão	(17.073)	1.488
Receita de mensalidade e doações	2.323	1.302
Outros recursos e receitas	2.910	4.256
Recuperação de custos diversos	8.459	6.740
Alienação e indenizações	712	7
Restituição PIS	-	6.232
	<u>(582.452)</u>	<u>(502.109)</u>
Classificadas como:		
Custos	(522.156)	(469.272)
Despesas gerais e administrativas	(57.627)	(61.405)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.670)	24.039
	<u>(582.452)</u>	<u>(502.109)</u>

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	254	158
Rendimentos aplicação	11.169	3.387
Rendimentos aplicação	751	0
	<u>12.175</u>	<u>3.545</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(260)	(81)
Juros financeiros	(397)	(674)
IOF	(30)	-
Juros e multas	(639)	(441)
Descontos concedidos	(4)	(2)
	<u>(1.330)</u>	<u>(1.199)</u>
Total	<u>10.844</u>	<u>2.346</u>

19. PROVISÃO PARA RISCOS (CONTINGÊNCIAS)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Riscos trabalhistas	1.075	92
Riscos cíveis (a)	<u>20.846</u>	<u>13.235</u>
	<u>21.921</u>	<u>13.327</u>

(a) As contingências cíveis estão substancialmente relacionadas com processos de procedimentos assistenciais, sendo as principais ações referentes a três processos de natureza relativa a danos materiais, com valores de R\$3.592, R\$1.829 e R\$1.000, respectivamente.

Contingências possíveis

A Entidade é parte integrante em diversas ações passivas de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R\$1.172, cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, entendendo não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros da Entidade, substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores próximos aos praticados pelo mercado. A Entidade não possui operações com derivativos financeiros ou outros ativos financeiros de risco semelhante.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e outras obrigações a pagar. Em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, os valores contábeis se aproximam de seus valores justos.

Risco de taxas de juros

A exposição da Entidade ao risco de taxa de juros ocorre principalmente em virtude de alterações nos rendimentos das aplicações financeiras indexadas ao CDI (taxa de juros dos CDIs) por alterações nas taxas de juros de mercado. Uma vez que as aplicações financeiras da Entidade possuem um prazo inferior a 90 dias e seus rendimentos estão atrelados a taxas de mercado. Adicionalmente, a Entidade não possui riscos significativos relacionados a variações nas taxas de juros dos empréstimos.

21. SEGUROS

Abaixo as apólices de seguro da Entidade

<u>Seguradora</u>	<u>Número</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Cobertura danos materiais</u>	<u>Cobertura danos corporais</u>
Chubb Seguros Brasil S.A.	29.96.0008773.12	Predial	28/11/2023	168.667	-
Mapfre Automais Frota	2.143.000.058.331	Frota	20/07/2023	2.300	2.300

22. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Entidade não prestou garantias, nem possuía quaisquer transações como interveniente garantidora nos exercícios encerrados em 2022 e de 2021.

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 15 de dezembro de 2023, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.